



VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04794-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

na 15ª posição no ranking geral de gestores da ANBIMA, com volume total de recursos geridos de R\$ 46 bilhões em Fundos de Investimentos para o mesmo período, no segmento de produtos estruturados, a BV Asset ficou com um volume de R\$ 22 bilhões e ocupava a 3ª posição no Ranking de Gestores de FI, e a 7ª posição no Ranking de Gestores de RF elaborados pela ANBIMA. Já o BV Private, que ocupa posição de destaque em gestão de grandes riquezas, fechou o ano com um volume total de R\$ 26,6 bilhões, divididos entre fundos e ativos de renda fixa e renda variável, de gestão própria e de terceiros. Em maio/19, a BV Asset concluiu a captação de R\$ 1,2 bilhão para um novo fundo imobiliário, o Fil Green Towers. O fundo, cujas cotas começaram a ser negociadas na B3, atraiu aproximadamente 7 mil cotistas, quase todos pessoas físicas, sendo o maior fundo imobiliário captado no país nos últimos seis anos. Como reconhecimento pelo processo transformacional vivenciado desde o ano passado, a BV Asset recebeu

a classificação máxima da S&P (AMP-1) devido à disciplina dos processos de gestão de investimento, às fortes práticas operacionais e de controle, e aos bons princípios fiduciários. Além disso, visando reforçar seu compromisso em incorporar critérios sociais, ambientais e de governança corporativa nos processos de análise e gestão de ativos, a BV Asset tornou-se signatária do PRI - Principles of Responsible Investment e em dezembro/19 ficou em 2º lugar na categoria Instituição líder em investimento responsável pela ALAS20 - *Leading Institution in Responsible Investments*.

A administração da VWM&S agradece aos quotistas, clientes, parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 5 de março de 2020

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE		278.041	401.441		153.780	257.482
Disponibilidades	5	443	768		-	113
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6a	187.500	337.341		-	113
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez						
Aplicações no mercado aberto		187.500	337.228		153.780	257.369
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.131	-		20.765	18.677
Títulos e Valores Mobiliários	7a	1.131	-	15a	6.092	17.446
Vinculados à prestação de garantias		-	-	8	54.277	25.655
Outros Créditos		88.505	63.217	15b	72.646	195.919
Negociação e intermediação de valores	8	50.435	17.774		25.450	32.864
Rendas a receber	9	13.154	16.077		25.450	32.864
Diversos	9	24.916	29.366		25.450	32.864
Outros Valores e Bens	10	462	115	15a	7.226	7.020
Despesas antecipadas		462	115	8	1.466	4.259
ATIVO NÃO CIRCULANTE		42.085	44.158	15b	16.758	21.585
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		40.051	40.536	18a	140.896	155.253
Títulos e Valores Mobiliários	7a	15.086	16.130		122.774	122.774
Vinculados à prestação de garantias		15.086	16.130		122.774	122.774
Outros Créditos	9	24.965	24.406		18.122	32.479
Diversos		24.965	24.406		-	-
PERMANENTE		2.034	3.622		-	-
Investimentos	11	-	1.636		-	-
Outros investimentos		5.733	6.611		-	-
(Imparidade acumulada)		(5.733)	(4.975)		-	-
Imobilizado de Uso	12	931	1.374		-	-
Outras imobilizações de uso		8.744	8.744		-	-
(Depreciação acumulada)		(7.813)	(7.370)		-	-
Intangível	13	1.103	612		-	-
Ativos intangíveis		7.187	5.465		-	-
(Amortização acumulada)		(6.084)	(4.853)		-	-
TOTAL DO ATIVO		320.126	445.599		320.126	445.599

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital Realizado	Reserva Legal	Outras Reservas	Lucros Acumulados	Total
EVENTOS						
Saldos em 31.12.2017		57.011	7.975	32.162	-	97.148
Incorporação CTVM - Aumento de capital e reservas de lucros	18a	190.763	14.527	61.501	-	266.791
Resultado da CTVM no exercício		-	-	-	1.142	1.142
Redução de Capital	18a	(125.000)	-	-	-	(125.000)
Dividendos intermediários	18c	-	-	(91.664)	-	(91.664)
Lucro Líquido do período		-	-	-	24.336	24.336
Destinações:						
Reserva legal	18b	-	1.274	-	(1.274)	-
Juros sobre o Capital Próprio mínimos obrigatórios	18c	-	-	-	(6.051)	(6.051)
Juros sobre o Capital Próprio adicional	18c	-	-	-	(11.449)	(11.449)
Reserva estatutária para expansão		-	-	6.704	(6.704)	-
Saldos em 31.12.2018		122.774	23.776	8.703	-	155.253
Mutações do período		65.763	15.801	(23.459)	-	58.105
Saldos em 30.06.2019		122.774	23.776	1.999	(1.847)	146.702
(Prejuízo) do período		-	-	-	(5.806)	(5.806)
Absorção de prejuízo		-	(5.654)	(1.999)	7.653	7.653
Saldos em 31.12.2019		122.774	18.122	(1.999)	1.847	140.896
Mutações do período		-	(5.654)	(1.999)	1.847	(5.806)
Saldos em 31.12.2018		122.774	23.776	8.703	-	155.253
Dividendos intermediários	18c	-	-	(6.704)	(6.704)	(6.704)
(Prejuízo) do período		-	-	-	(7.653)	(7.653)
Absorção de prejuízo		-	(5.654)	(1.999)	7.653	7.653
Saldos em 31.12.2019		122.774	18.122	-	-	140.896
Mutações do período		-	(5.654)	(8.703)	-	(14.357)

O Lucro/(prejuízo) por Quota está divulgado na Demonstração do Resultado
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/2019	Exercício/2019	Exercício/2018
Receitas		90.988	183.718	193.823
Receitas da intermediação financeira	7b	5.665	15.345	26.022
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias		89.347	175.011	175.268
Outras receitas/(despesas)	16d/16e/17	(4.024)	(6.638)	(7.467)
Despesas da Intermediação Financeira		-	(1)	(11)
Insumos Adquiridos de Terceiros		(24.533)	(45.052)	(23.449)
Materiais, água, energia e gás	16c	(241)	(575)	(785)
Serviços de terceiros	16c	(72)	(266)	(242)
Comunicações	16c	(316)	(600)	(747)
Processamento de dados	16c	(12.536)	(23.029)	(11.223)
Manutenção e conservação de bens	16c	(476)	(1.010)	(1.074)
Transportes	16c	(259)	(494)	(514)
Serviços de vigilância e segurança	16c	(63)	(144)	(161)
Serviços técnicos especializados	16c	(4.275)	(7.400)	(4.530)
Serviços do sistema financeiro	16c	(312)	(543)	(825)
Publicações, propaganda e publicidade	16c	(171)	(314)	(366)
Emolumentos judiciais e cartórios	16c	(264)	(374)	(104)
Outros	16c	(5.548)	(10.303)	(2.996)
Valor Adicionado Bruto		66.455	138.665	170.363
Despesas de depreciação e amortização	16c	(1.237)	(1.675)	(1.524)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		65.218	136.990	168.839
Valor Adicionado a Distribuir		65.218	136.990	168.839
Valor Adicionado Distribuído		59.985	111.290	92.124
Salários, honorários e demandas trabalhistas	16b	39.555	72.027	64.154
Participação de empregados e administradores nos Lucros e Resultados		11.476	21.240	13.640
Benefícios, treinamentos e previdência privada complementar	16b	6.098	10.642	8.289
FGTS		2.861	7.382	6.151
Impostos, Taxas e Contribuições		9.086	13.93%	29.376
Federais		6.757	24.499	43.729
Estaduais		-	7	8
Municipais		2.329	4.870	4.755
Remuneração de Capitais de Terceiros		1.948	3.976	3.777
Alugueis	16c	1.948	3.976	3.777
Remuneração de Capitais Próprios		(5.806)	(7.653)	(24.336)
Dividendos/juros sobre o capital próprio		-	-	17.500
(Prejuízo)/Lucro retido		(5.806)	(7.653)	6.836

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. A VOTORANTIM ASSET E SUAS OPERAÇÕES
A Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Sociedade") é uma Sociedade de capital fechado que tem como objetivo social, principalmente, intermediar, comprar e vender títulos e valores mobiliários por conta própria ou de terceiros e instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimentos.
As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Econômico-Financeiro Votorantim ("Conglomerado") e atuam integradamente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

2. REESTRUTURAÇÕES SOCIETÁRIAS
Por Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Votorantim Asset") e Reunião de Sócios da Votorantim Corretora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Votorantim CTVM"), realizados em 31 de janeiro de 2019, o Banco Votorantim S.A., controlador de ambas, aprovou a incorporação da Votorantim CTVM à Votorantim Asset, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre elas. O acervo líquido incorporado foi avaliado ao valor contábil em 31 de dezembro de 2017, data-base da operação, no montante de R\$ 266.791; acrescentando-se as variações patrimoniais ocorridas entre a data-base do laudo de avaliação contábil e a data da incorporação. A incorporação justifica-se pela descontinuação das atividades da Votorantim CTVM e a identidade de objeto entre as sociedades envolvidas e representa o aprimoramento da estrutura societária do Conglomerado, acarreta a racionalização de suas operações, simplifica a administração, facilita procedimentos contábeis e financeiros; minimiza despesas administrativas, ocasionando a otimização de seus ativos e resultados. Como decorrência, a Votorantim CTVM teve sua personalidade jurídica extinta e a Votorantim Asset passou à condição de sucessora, a título universal, de todos os seus direitos e obrigações. A incorporação implicou em um aumento do Capital Social da Votorantim Asset no montante de R\$ 190.763, mediante a emissão de 19.076.313,565 novas quotas de valor nominal de R\$ 0,01, atribuídas aos sócios da Votorantim CTVM, em substituição às suas participações nesta detida. Além da alteração na cláusula de Capital Social, o contrato social da Votorantim Asset não sofreu qualquer outra alteração.
Demonstramos a seguir os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 da Votorantim CTVM incorporados pela Votorantim Asset:
Ativos: R\$ 386.995
Passivos: R\$ 120.204
Patrimônio Líquido: R\$ 266.791

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do permanente (imobilizado de uso e intangível), reconhecimento de ativos físicos diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, mensuração de valor justo de instrumentos financeiros, avaliação de aplicação em fundos de participação e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, em consonância, quando aplicável, com os normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).
Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.
Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas demonstrações contábeis são:
Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1).
Resolução nº 3.604/2008 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2).
Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25.
Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24.
Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1).
Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23.
Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1).
Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).
Resolução nº 4.636/2018 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1).
A Companhia aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do BACEN, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei nº 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA) e CPC 12 - Ajuste a Valor Presente.
Resoluções do CMN que incorporaram através de norma proprietária elementos dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e aplicáveis às Demonstrações Contábeis:
Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis - CPC 02 (R2).
Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - CPC 04 (R1).
Resolução nº 4.535/2016 - Ativo imobilizado - CPC 27.
A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 05 de março de 2020.

RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o princípio da competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na

apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados são registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação
A moeda de apresentação e a moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado.

c) Mensuração a valor presente
Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do princípio da competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Sociedade, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

Caixa e Equivalentes de Caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

Aplicações interfinanceiras de liquidez
As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

Títulos e Valores Mobiliários - TVM
Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:
Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e
Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Os títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período. Nesta categoria, os títulos não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os títulos reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetivo.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito). Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

Despesas antecipadas
São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

Ativo permanente
Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo prazo de vida útil do bem pelo método linear. Decorrente dessa prática, as seguintes taxas anuais de depreciação são utilizadas: veículos - 20%; sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota Explicativa nº 12). O valor residual desses ativos é revisado anualmente ou

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Vencimento em dias						
1 - Títulos para negociação	1.131	1.131	1.131	-	-	-
Títulos privados	1.131	1.131	1.131	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.131	1.131	1.131	-	-	-
2 - Títulos disponíveis para venda	15.086	15.086	15.086	16.130	16.130	-
Títulos públicos	1.152	1.152	1.152	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro	1.152	1.152	1.152	-	-	-
Títulos privados	13.934	13.934	13.934	16.130	16.130	-
Cotas de fundos de investimentos	13.934	13.934	13.934	16.130	16.130	-
Total (1 + 2)	16.217	16.217	16.217	16.130	16.130	-

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Vencimento em dias						
Por carteira	16.217	16.217	16.217	16.130	16.130	-
Vinculados à prestação de garantias	16.217	16.217	16.217	16.130	16.130	-

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Vencimento em anos						
Por categoria	2.283	13.934	16.217	16.130	16.130	-
Títulos para negociação	1.131	-	1.131	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	1.152	13.934	15.086	16.130	16.130	-

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor Contábil		Total	Valor Contábil		Total
	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	
Por carteira	1.131	15.086	16.217	16.130	16.130	-
Vinculados à prestação de garantias	1.131	15.086	16.217	16.130	16.130	-

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	31.12.2019			31.12.2018		
	2º Semestre/2019		Exercício/2019	2º Semestre/2018		Exercício/2018
	2019	2019	2018	2018	2018	2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6b)	5.081	14.155	24.760	-	-	-
Títulos de renda fixa	223	386	380	-	-	-
Aplicações em fundos de investimento	361	804	882	-	-	-
Total	5.665	15.345	26.022	-	-	-

c) **Reclassificações de Títulos e Valores Mobiliários**
 Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a Sociedade não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

8. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

Outros Créditos	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Caixas de registro e liquidação	-	-	7.563	-	-	-
Devedores - Conta liquidações pendentes	50.435	-	10.211	50.435	-	10.211
Total	50.435	-	17.774	50.435	-	17.774
Outras Obrigações						
Caixas de registro e liquidação	100	-	11	31.752	-	14.865
Cretores - Conta liquidações pendentes	17.788	-	3.237	6.103	-	11.801
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar	6.103	-	11.801	55.743	-	29.914
Outras obrigações por negociação e intermediação de valores	54.277	-	25.655	1.466	-	4.259
Total	1.466	-	4.259	49.881	-	55.772

9. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Outros Créditos	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Adiantamentos e antecipações salariais	17	-	121	17	-	37
Valores a receber de sociedades ligadas	-	-	37	-	-	37
Ativo fiscal diferido - Crédito tributário (Nota 19d)	35.486	-	33.220	35.486	-	33.220
Devedores diversos - No País	20	-	1	20	-	1
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 22g)	10.643	-	9.768	2.713	-	8.309
Impostos e contribuições a compensar	763	-	2.528	239	-	58
Títulos e créditos a receber	239	-	58	49.881	-	55.772
Total	49.881	-	55.772	24.916	-	23.366

10. OUTROS VALORES E BENS

Despesas Antecipadas	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Despesas de processamento de dados	-	-	1	-	-	1
Despesas de serviços técnicos especializados	-	-	79	-	-	79
Despesas de seguros	383	-	114	462	-	115
Total	383	-	114	462	-	115

11. INVESTIMENTOS

Investimentos por incentivos fiscais	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Outros	3.980	-	4.858	1.753	-	1.753
Total	3.980	-	4.858	1.753	-	1.753

(Imparidade acumulada) (1)
 (1) O efeito no resultado está apresentado na linha Resultado não operacional - Perdas de investimentos por incentivos fiscais.

12. IMOBILIZADO DE USO

Móveis e equipamentos de uso	31.12.2018		Exercício/2019		31.12.2019	
	Saldo contábil	Movimentações	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
	256	-	(84)	1.869	(1.697)	172
Sistema de comunicação de dados	20	-	(7)	1.369	(1.356)	13
Sistema de segurança	23	-	(14)	3.319	(3.310)	9
Instalações	37	-	(12)	95	(70)	25
Total	1.038	-	(326)	2.092	(1.380)	712
Total	1.374	-	(443)	8.744	(7.813)	931

13. INTANGÍVEL

a) Movimentação e composição

Softwares adquiridos	31.12.2018			Exercício/2019			31.12.2019				
	Saldo contábil	Aquisição	Amortização	Valor de custo	Amortização acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil	Aquisição	Amortização		
	612	881	(1.232)	5.245	(4.984)	261	612	881	(1.232)	5.245	(4.984)

b) Estimativa de amortização

Valores a amortizar	2020	Total
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.103	1.103

Carteira de terceiros

Debêntures - Ligadas	2020	Total
1.103	1.103	

15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Impostos e contribuições a recolher	3.869	-	4.557	5.940	-	5.746
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	5.940	-	5.746	13.318	-	24.466
Total	9.809	-	10.303	16.258	-	30.212

b) Diversas

Provisão para pagamentos a efetuar (1)	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor de Mercado		Total	Valor de Mercado		Total
	Acima de 360	Valor de custo	Marcação a mercado	Valor de custo	Marcação a mercado	
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 22e1)	23.475	-	20.923	701	-	1.367
Provisões para demandas fiscais (Nota 22e1) (2)	4.532	-	7.746	2.261	-	1.515
Valores a pagar sociedades ligadas	6.819	-	130.263	3.468	-	1.450
Cretores diversos - No País	3.468	-	1.450	-	-	-
Provisões para reestruturações	-	-	4.552	-	-	-
Total	33.291	-	36.642	3.630	-	2.332

(1) Inclui provisões para honorários fiscais, provisões para remuneração variável e provisões para pagamentos.

(2) Inclui obrigações legais.

16. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de prestação de serviços

Administração de fundos	2º Semestre/2019			Exercício/2019			Exercício/2018		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018	2019	2019	2018
	74.509	142.116	149.213	2.675	9.384	6.932	9.267	17.992	13.738

b) Despesas de pessoal

Honorários, Pró-labore e outros benefícios	2º Semestre/2019			Exercício/2019			Exercício/2018		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018	2019	2019	2018
	(992)	(2.280)	(2.429)	(34.014)	(57.143)	(55.037)	(6.246)	(20.953)	(21.186)

c) Outras despesas administrativas

Água, energia e gás	2º Semestre/2019			Exercício/2019			Exercício/2018		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018	2019	2019	2018
	(131)	(333)	(519)	(1.948)	(3.976)	(3.777)	(316)	(600)	(724)

d) Outras receitas operacionais

Variação monetária ativa	2º Semestre/2019			Exercício/2019			Exercício/2018		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018	2019	2019	2018
	188	403	434	433	306	262	733	743	698

(1) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

e) Outras despesas operacionais

Atualização de remuneração variável (ações virtuais)	2º Semestre/2019			Exercício/2019			Exercício/2018		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018	2019	2019	2018
	(430)	(1.150)	(943)	(259)	(250)	(157)	(100)	(2.076)	(199)

17. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Recursos não operacionais	2º Semestre/2019			Exercício/2019			Exercício/2018		
	2019	2019	2018	2019	2019	2018	2019	2019	2018
	(1.385)	(1.385)	(1.807)	(1.385)	(1.385)	(1.807)	(1.385)	(1.385)	(1.705)

(1) Referem-se, basicamente, a provisões de devolução de taxa de administração.

(2) Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 122.774 (R\$ 122.774 em 31 de dezembro de 2018) está representado por 12.277.389.215 quotas (12.277.389.215 quotas em 31 de dezembro de 2018).

Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizado em 31 de janeiro de 2018, os sócios aprovaram o aumento do Capital Social no valor de R\$ 190.763, com a emissão de 19.076.313.565 novas quotas de valor unitário de R\$ 0,01.

Conforme Instrumento Particular de Alteração e Consolidação do Contrato Social da Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Outras Avenças realizado em 28 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram a redução do Capital Social mediante o cancelamento de 12.500.000.000 quotas, proporcionalmente à participação detida pelos sócios no capital social, no valor de R\$ 125.000. A alteração de capital foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 30 de maio de 2019.

b) Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão
 A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para "Reserva Estatutária para expansão", com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

Os acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do Lucro do exercício, deduzido da Reserva legal.



VOTORANTIM ASSET MANAGEMENT DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS e Valores Mobiliários Ltda.

CNPJ 03.384.738/0001-98

Avenida das Nações Unidas, nº 14.171, Torre A, 11º andar, Vila Gertrudes, São Paulo - (SP), Brasil, Cep 04794-000

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

• O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Resolução nº 4.557 do Bacen, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto. O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um dashboard constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento dos riscos aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado. Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta-Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas. Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado e, mais detalhes sobre o tema, podem ser observados no Relatório de Gestão de Riscos e Capital, disponível no website www.bancobv.com.br/ri/, em conformidade com a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN.

b) Risco de crédito
Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à:
• Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
• Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
• Reestruturação de instrumentos financeiros; e
• Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

c) Risco de liquidez
Risco de liquidez é definido como:
• A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
• Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

d) Risco operacional
Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:
• Fraudes internas e externas;
• Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
• Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
• Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
• Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
• Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
• Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

e) Risco de mercado
Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

f) Risco Socioambiental
O risco socioambiental é definido como a possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais. A gestão de risco socioambiental deve observar a legislação ambiental aplicável, bem como avalia e

monitora os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido, a fim de identificar, mensurar e mitigar os riscos de crédito, legal e de reputação decorrentes de eventos socioambientais inerentes às atividades de seus clientes. O gerenciamento de risco socioambiental no Conglomerado visa subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores. Os procedimentos de gerenciamento de risco socioambiental durante a concessão de crédito são realizados através de metodologias de análise que determinam o *Rating* Socioambiental, inserido no processo de atribuição do *Rating* de Crédito. O Conglomerado é signatário dos Princípios do Equador, iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em Project Finance (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

g) Gerenciamento de Capital
A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado. Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do BACEN, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:
• Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
• Políticas e estratégias documentadas;
• Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital;
• Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
• Testes de estresse e seus impactos no Capital;
• Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
• Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
• Relatório ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência desde janeiro de 2018:

- ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- ativos atuais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- participação de não controladores;

- investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido. A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2020 e 100% até 31.12.2020) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar *hedge* para sua participação em investimentos no exterior. O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,10% (15,74% em 31 de dezembro de 2018). Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br.

24. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Cobertura de Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019

	Valores cobertos	Valor do prêmio
Seguro Garantia - Fiança para processos judiciais	12.356	86
Seguro imobiliário para imóveis em uso de terceiros relevantes	7.865	6

b) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio Líquido	Reservas de
		capital e	de lucros
Dividendos e JCP	Capital Social	de lucros	Total

Saldo em 30.06.2019	-	-	-
AbSORção de prejuízo	-	-	-
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	-	-	-

	-	-	(7.653)	(7.653)
	-	-	(7.653)	(7.653)
	-	-	18.122	140.896

	Passivos	Patrimônio Líquido	Reservas de
Dividendos e JCP	Capital Social	capital e	Total
de lucros		de lucros	

Saldo em 31.12.2018	3.500	122.774	32.479	158.753
AbSORção de prejuízo	-	-	(7.653)	(7.653)
Recursos provenientes da destinação do Resultado	6.704	-	(6.704)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(10.204)	-	-	(10.204)

Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(3.500)	-	(14.357)	(17.857)
Saldo em 31.12.2019	-	122.774	18.122	140.896

	Passivos	Patrimônio Líquido	Reservas de
Dividendos e JCP	Capital Social	capital e	Total
de lucros		de lucros	

Saldo em 31.12.2017	4.416	57.011	40.137	101.564
Saldos de incorporação CTVM	-	190.763	76.028	266.791
Redução de capital	-	(125.000)	-	(125.000)

Recursos provenientes da destinação de resultado	105.664	-	7.978	113.642
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(110.080)	-	(91.664)	(201.744)

Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(4.416)	65.763	(7.658)	53.689
Variações sem efeito de caixa	3.500	-	-	3.500
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	3.500	-	-	3.500
Saldo em 31.12.2018	3.500	122.774	32.479	158.753

A DIRETORIA

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEGUNDO SEMESTRE DE 2019

A KPMG Auditores Independentes é a empresa responsável pela prestação dos serviços de auditoria das demonstrações contábeis, a quem cabe opinar sobre a sua adequação em relação à posição financeira e patrimonial, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como avaliar a qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, e o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares.

Atividades exercidas no período

No intuito de cumprir suas atribuições e em atendimento ao previsto em seu Plano Anual de Trabalho, aprovado pelo Conselho de Administração em 05/12/2019, o Comitê de Auditoria realizou uma reunião para revisão do Planejamento das atividades de 2020, 10 reuniões somente com membros do Comitê e assessoria e 32 reuniões, incluindo o Conselho de Administração, Diretor Presidente, representantes da alta direção, auditorias interna e independente (KPMG) e com os principais responsáveis pelas áreas de negócios e controles.

Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis, controles internos, áreas de negócio e produtos, operações, *compliance*, contingências judiciais e administrativas, tecnologia e segurança da informação, recomendações de auditoria interna e independente e órgãos externos de fiscalização.

Nas reuniões com a auditoria interna, acompanhou os trabalhos desenvolvidos no período, as principais constatações, recomendações, discutiu e recomendou a aprovação do plano de trabalho para o ano de 2020. Com a auditoria independente acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o Relatório referente à Circular 3.467/2009.

Examinou as Demonstrações Financeiras individuais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, Votorantim *Asset Management* DTVM Ltda., Promotiva S.A., BVIA - BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A., Votorantim Corretora de Seguros S.A., bem como do Conglomerado

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria,

Prudencial, a serem divulgadas em 10/03/2020, os principais ativos, passivos, patrimônio líquido, resultado e notas explicativas no padrão BRGAAP, as práticas contábeis adotadas e conheceu o teor do relatório dos auditores independentes.

Nas situações em que identificou oportunidades de melhoria, sugeriu aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades que desenvolveu no período e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu:

- o Sistema de Controles Internos do Conglomerado é efetivo e está adequado ao porte, natureza das operações e apetite a risco aprovado pelo Conselho de Administração;
- A Auditoria Interna desempenha suas atividades de maneira satisfatória, profissional e com independência;
- A Auditoria Independente atuou com efetividade e alocou profissionais em número e qualificação adequados ao exame das demonstrações financeiras do período; e
- As Demonstrações Financeiras individuais da BV Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, Votorantim Asset Management DTVM Ltda., Promotiva S.A., BVIA - BV Investimentos Alternativos e Gestão de Recursos S.A. e Votorantim Corretora de Seguros S.A., bem como do Conglomerado Prudencial de 31 de dezembro de 2019, relativas ao segundo semestre de 2019, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, nos aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira das sociedades mencionadas naquele período.

São Paulo, 5 de março de 2020

José Danúbio Rozf - Coordenador

Arnando Wolff - Membro

Gilberto Lourenço da Aparecida - Membro

exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 5 de março de 2020



KPMG Auditores Independentes

CRC 25P014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador - CRC 15P245785/O-2